

4

Considerações finais

Esta pesquisa pretendeu realizar uma investigação teórica acerca da transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade, visando delinear os processos identificatórios presentes na formação do eu conjugal, que são de extrema relevância para a formação do psiquismo compartilhado pelo casal. Conforme apontamos, na conjugalidade, os limites intersubjetivos tornam-se mais fluidos e, por vezes, sem delimitação clara, o que pressupõe a existência de um psiquismo compartilhado pelo casal. Esse psiquismo abarca elementos traumáticos ou não da história de cada um e este é o desafio para a conjugalidade: o contato com as zonas inacessíveis do psiquismo do outro. A transmissão psíquica que ocorre entre os membros do casal faz com que cada um destes entre em contato com a estranheza do outro e, assim, faz-se necessário uma elaboração desse estranho, que, conforme trabalhamos ao longo desta pesquisa, pode ser compreendido como um aspecto traumático do outro.

Ao longo desta dissertação, buscamos trabalhar sobre a importância da elaboração da história ou vivências familiares pelos sujeitos – seus desejos, fantasias, vivências reais e projeções de ideais – e como esta história, contendo elementos elaborados e outros traumáticos, ainda não assimilados ao ego, é transmitida de forma inconsciente pelas gerações. Os membros de um casal, na medida em que são filhos cada um de uma família, lidam com a tentativa de integração da história parental de cada parceiro e enfrentam ainda o trabalho de assimilar as mensagens enigmáticas que vêm do outro (cônjuge).

Como afirmam Magalhães e Féres-Carneiro (2003), a conjugalidade pode ser, ao mesmo tempo, aprisionadora e promotora de um movimento dinâmico, devido à qualidade estável e à permanência do objeto amoroso. Ou seja, o objeto amoroso é único e, nesse sentido, exige que os parceiros direcionem esse “movimento dinâmico” ao qual as autoras se referem para que a saúde psíquica do casal não seja comprometida. Os parceiros devem lidar, portanto, com a repetição, que ocorre tanto pelo objeto amoroso escolhido remeter ao objeto edípico (e, em alguns casos, pré-edípico) perdido, assim como pela repetição muitas vezes de modelos de relação – sejam mais fusionais, sejam mais hiperdiscriminados – que podem ser herança fruto de transmissões transgeracionais.

Por outro lado, os parceiros também se deparam, na conjugalidade, com o estabelecimento de um espaço transicional, em que interno e externo se confundem, o que permitirá o estabelecimento de uma identidade própria ao casal. A possibilidade de criação, portanto, faz-se presente no encontro amoroso e a saúde psíquica do casal depende, em nosso entender, da possibilidade de conviver com a repetição e a criação, tendendo a prevalecer a criatividade sobre o tédio na vida afetiva do casal com um desenvolvimento “normal”.

Nosso percurso de pesquisa foi acompanhado pelo pensamento de autores da psicanálise que consideram a relação do casal mais numa perspectiva de reedição de relações objetais do passado, como, por exemplo, o próprio Freud, Kernberg e Mogueillansky e Nussbaum. Contudo, tivemos a oportunidade de ler e debater com a teoria de autores que entendem o encontro amoroso mais como uma possibilidade de exercício do brincar, da criatividade e de recriação do eu, como Winnicott, Lejarraga e Magalhães. É necessário apontar que não se trata de visões estanques – considerar somente a repetição ou somente a criatividade atuando –, mas sim o que buscamos apontar, em nosso exercício teórico sobre o tema, foi que a conjugalidade abarca esses dois pólos ao mesmo tempo. Em alguns casos, com maior prevalência de um ou de outro – e talvez seja a coexistência, muitas vezes difícil, desses dois pólos o motivo de tantos desencontros e conflitos entre casais.

A constituição do eu conjugal é em muito dificultada por esse paradoxo repetir/criar inerente ao vínculo entre dois sujeitos que pretendem constituir uma relação marital. Segundo o desenvolvimento teórico que propusemos sobre os mecanismos de identificação na relação do casal, a introjeção de aspectos do outro seria uma das formas de relação mais saudável. A incorporação representaria a necessidade de colocar o outro como um tampão, constituindo uma relação mais fusional, em que a alteridade seria praticamente desconsiderada. Por fim, a identificação projetiva constitui um mecanismo bastante presente nas relações conjugais, na medida em que um projeta no outro aspectos conflitivos do passado, que o encontro amoroso faz reviver – sendo necessário que haja, em casos em que a identificação projetiva fique muito intensa, uma intervenção terapêutica que possibilite a nomeação e a elaboração desses aspectos conflitivos pelos membros do casal.

Ao longo de nossas elaborações teóricas sobre a conjugalidade e a relação

com a transmissão do trauma, fomos apontando a importância das relações edipianas, que possuem relevância para a criação do romance familiar do neurótico, possibilitando a elaboração do sexual e das fantasias infantis. As relações edipianas são base tanto para a escolha de objeto de amor, quanto para a relação amorosa, a conjugalidade em si, que o sujeito irá estabelecer. Outra vertente, contudo, foi também por nós trabalhada: a dimensão primária de relação objetal. O primeiro objeto de amor do sujeito é a mãe e é esta relação que será a base para a confiança e a capacidade de amar que o sujeito irá desenvolver ao longo de sua vida. As relações primárias, pré-edípicas, são, portanto, relevantes para nosso estudo, não só por serem revividas com o parceiro conjugal, pela fusionalidade própria à conjugalidade, mas principalmente por possibilitarem o desenvolvimento da capacidade de confiar e amar alguém de forma tão próxima, intensa e, por vezes, com limites não tão claros. Talvez seja pela falta dessa base que muitas relações fracassam, pois, conforme podemos observar na clínica, muitos sujeitos angustiam-se frente a um encontro intenso e com potencial de fusão, como se apresenta na conjugalidade.

A conjugalidade parece reativar, portanto, duas angústias: a angústia frente ao desamparo, uma vez que, pelo vínculo intenso com o objeto de amor, torna-se também intenso o sentimento de dependência e fusão; e a angústia edípica, que estaria mais ligada à ameaça de perda de amor. Consideramos que a conjugalidade tem uma potencialidade traumática pelo perigo pulsional vivenciado pelo contato, na realidade, com um objeto amoroso que remete ao objeto fantasmático, mas a força traumática atribuída a esse encontro dependerá de cada sujeito, de cada par, de cada história.

No percurso que realizamos, buscamos articular conceitos teóricos que pudessem contemplar a questão de pesquisa que moveu esta dissertação de mestrado. A dimensão inconsciente da conjugalidade foi nosso ponto de partida, uma vez que consideramos que o que liga dois sujeitos em um vínculo de casal são aspectos inconscientes relacionados às relações primárias e edipianas, travadas por cada um. Em nossos desenvolvimentos sobre a conjugalidade, tivemos o objetivo de situar a escolha amorosa como um movimento de atender ao desejo inconsciente de escolher um objeto similar aos primeiros objetos de amor, mas ao mesmo tempo romper com os mesmos – uma vez que o cônjuge é um “novo” objeto. Além do aspecto paradoxal da escolha amorosa,

desenvolvemos também a ideia de que, na instauração da conjugalidade, há um remanejamento identificatório, na medida em que o casal forma um eu conjugal, isto é, uma estrutura psíquica compartilhada.

Para que esse eu conjugal se constitua, é necessária uma metabolização de aspectos inconscientes transmitidos pelo outro membro do casal. Esses aspectos, por sua vez, constituem-se como herança psíquica dos antepassados, na medida em que adotamos o pressuposto – desenvolvido por Kaës – de que o psiquismo de um sujeito está sempre atrelado aos daqueles que o antecederam. Além disso, a psicanálise freudiana – e seus desenvolvimentos posteriores seguiram essa linha – já indicava que a constituição psíquica se processa por meio da identificação, ou seja, a criança introjeta aspectos dos objetos parentais para se constituir como sujeito. Da mesma forma, consideramos que os membros do casal, por meio dos mecanismos de identificação – quer seja a introjeção, a incorporação ou a identificação projetiva –, também assim se constituem, formando o eu conjugal. Desse modo, ao tratar de transmissão entre as gerações ou entre os sujeitos, estamos também tratando de identificações.

Por fim, compreendendo melhor como se instaura a conjugalidade, desde o momento da escolha amorosa até a formação da estrutura vincular e psíquica do casal, com um eu conjugal, chegamos ao nosso objetivo geral desta pesquisa, que é discutir teoricamente a transmissão do trauma na conjugalidade. Adotamos a hipótese de que o encontro com o outro na conjugalidade tem um potencial traumático por dois motivos. Primeiro, pelo fato de o outro portar um estranho em si, isto é, aspectos inconscientes não elaborados – que estão presentes em qualquer psiquismo – irão aparecer, por meio da transmissão transpsíquica entre os membros do casal, no espaço psíquico compartilhado pelos dois. Segundo, porque a conjugalidade é um momento que possibilita a elaboração dos conflitos edípicos e pré-edípicos; sendo assim, envolve a revivência de intensa carga pulsional – a qual acaba, no presente, sendo projetada ou deslocada para o parceiro. Esses aspectos pulsionais intensos que surgem na formação do eu conjugal podem ser compreendidos, segundo nossa proposta, como traumáticos, na medida em que se apresentam como um excesso à capacidade de elaboração egoica.

Buscamos ressaltar, ainda, ao longo desta pesquisa, que consideramos essa vivência traumática como constitutiva da conjugalidade normal, ou seja, própria à neurose. Conforme foi colocado, são duas as dimensões da transmissão do trauma

por nós abordadas. Uma diz respeito aos aspectos traumáticos transmitidos pelas gerações precedentes aos membros de um casal, fundamentalmente pelos pais dos mesmos. Outra dimensão diz respeito aos aspectos traumáticos que cada um dos sujeitos carregam em seus psiquismos – e que são também transmitidos ao psiquismo conjugal –, tendo como origem a conflitiva edípica e as vivências primitivas de desamparo.

Uchitel (2001) diz que a neurose seria um processamento efetivo do trauma, sem que o ego precise ser sacrificado em demasia, como ocorre nos casos em que o evento traumático impede a representação psíquica e produz uma dissociação no ego. Na medida em que consideramos a conjugalidade como uma formação de compromisso inconsciente, próxima ao sintoma, que possibilita um alívio econômico e, ao mesmo tempo, tem função defensiva, afirmamos, portanto, que a conjugalidade pode ser compreendida como um processamento do trauma edípico e pré-edípico, uma formação sintomática que visa dominar a excitação pulsional reativada e propiciada pelo encontro amoroso.

Tratamos aqui nesta pesquisa, portanto, do trauma da neurose, ligado aos conflitos infantis, que difere do trauma da psicose ou da perversão. Para Freud, segundo a teorização de Uchitel (2001), o sintoma neurótico é uma consequência do traumático, sendo que se trata de um traumático que, apesar de promover a dissociação por meio do recalque, não impede a simbolização do acontecimento psíquico. Considerando, assim, a conjugalidade “neurótica”, os parceiros conseguiriam lidar com a dimensão traumática do encontro. Já os casais limítrofes ou aqueles que se encontram no terreno da psicose ou da perversão permaneceriam sem a possibilidade de simbolização e a clivagem egoica seria o mecanismo de defesa do psiquismo conjugal frente à vivência traumática, tendo a atuação como o sintoma predominante.

Visando concluir o percurso teórico traçado por nós neste estudo, indicamos que a conjugalidade mobiliza intensa carga pulsional, fruto da transmissão transpsíquica entre os parceiros, mas também fruto do legado que o casal carrega de seus antepassados. Contudo, em nosso entender, ainda que esse excesso comporte uma dimensão traumática, o psiquismo conjugal possui, potencialmente, recursos para tentar elaborar esse material. Um desses recursos é a via da criatividade na vida do casal, ou seja, a busca da criação do novo, buscando fazer frente à repetição, que muitas vezes se apresenta como maciça –

repetição esta ligada ao retorno do recalcado, ao movimento de busca do desejo; não sendo, portanto, uma repetição da ordem da compulsão à repetição. Consideramos, contudo, que inevitavelmente os dois pólos da repetição e da criação estarão sempre permeando a vida a dois. Resta, portanto, aos membros do casal elaborar a herança que lhes foi transmitida, com o objetivo de transformá-la e organizá-la da melhor forma para a criação do eu conjugal.

O estudo da conjugalidade é bastante rico e possibilita muitos caminhos a percorrer. Nossa escolha foi na direção de entender a dimensão traumática do encontro conjugal, relacionada à transmissão da vida psíquica inconsciente, seja a partir de uma herança familiar traumática ligada ao laço conjugal, seja relacionada à necessidade de elaboração da estraneidade do outro cônjuge. Consideramos, contudo, que a presente pesquisa de mestrado apenas iniciou algumas possibilidades de compreensão do aspecto traumático da conjugalidade, sendo, portanto, necessárias investigações futuras sobre o tema para que novas elaborações da relação entre trauma, transmissão e conjugalidade possam ser traçadas.